

Miguel Cadilhe

ACEGE

Porto, 24 01 2012

1) *Chegados ao que chegamos*, a execução do «memorando de entendimento» (MoU) de Maio 2011 é decisiva para assegurar o resgate financeiro português..., e é necessária para restaurar sólidas condições de crescimento económico.

Todavia, o risco de má execução é elevado..., sobretudo após uma eventual fase de alívio.

E emerge o risco social (de que a ACEGE tem falado, vg, Brotéria de Agosto 2011)..., provocado pela sobrecarga de sacrifícios..., pelas eventuais falhas de equidade na distribuição destes sacrifícios..., e pela perda do padrão de vida das famílias portuguesas..., pela supremacia das políticas de austeridade sobre políticas sociais e políticas anti-cíclicas..., pela longa debilidade do crescimento económico, agora agravada..., e pelo inerente aumento do desemprego..., tudo podendo conjugar-se em estados sociológicos de desânimo, desesperança, desespero...

Esses acabam por ser riscos que se justifica observar e vigiar com atenção e independência.

Sabe-se que há muitas entidades públicas de vigilância do MoU. Há o Parlamento e sua comissão parlamentar e sua unidade técnica, há o Tribunal de Contas, há o INE, há o Banco de Portugal, haverá o Conselho de Finanças Públicas (previsto no MoU) ... Há a própria Troika, há o FMI, há o BCE, há a Comissão Europeia, há a OCDE... Há o Governo... Tudo é muito importante, porém tudo se situa no mundo das formalidades e substancialidades institucionais.

2) A história da nossa democracia tem registado um certo pendor do 'sistema de governo' para reincidir no despesismo das finanças públicas e em más ou péssimas afecções de recursos..., e para protelar as grandes reformas do Estado.

Como tem registado, na maior parte dos anos, um certo pendor do 'sistema económico' para crescer mal ou/e devagar e para produzir bens "não transaccionáveis".

Consequentemente, temos assistido a excessos de despesa pública..., de carga fiscal..., de défices públicos e dívidas públicas..., de défices externos e dívidas externas...

Entretanto, são pesadas as dificuldades de agir e reagir sobre o *status quo* e ir mais além na adaptação a causas de mudança, quase sempre de natureza estrutural..., impostas, por exemplo, por mercados globalizados cujas condições se têm revelado aceleradamente evolutivas ou revolutivas.

Na verdade, *chegados ao que chegamos*, julga-se que há razões de circunstância e de substância, que são razões de cidadania, para que se procure na sociedade “civil” produzir bastante mais pensamento de ‘vigia’ ou ‘vigilância’ ou ‘escrutínio’ das políticas públicas. A ACEGE pode e deve estar nessa 1.^a linha, e de algum modo vem estando. A ACEGE robustece-se em quatro princípios basilares, extraídos, e bem, da doutrina social da Igreja: a dignidade da pessoa, o bem-comum..., a solidariedade..., e a subsidiariedade.... E vai construindo um pensamento estruturado dito “neo-social”, que a ACEGE contrapõe a “estatista” de uma banda e a “neo-liberal” de outra banda (Brotéria, cit., p 177/8).

3) Há uns meses, reflectindo com um pequeno grupo de amigos, fomos elencando áreas de ‘vigilância’ de cidadania por excelência. Permitam que aqui aflore alguns deles.

- ✓ Por exemplo, ‘alertar’ se houver atrasos ou subalternizações das medidas de ordem mais ‘estrutural’..., se houver insuficientes cortes ‘estruturais’ de despesas públicas..., se houver novas formas de centralismo despesista...se houver novas más afectações de recursos públicos..., se não houver “análises custos-benefícios”, correctas e independentes, de grandes despesas públicas..., se houver adiamentos das chamadas “reformas estruturais importantes”...
- ✓ ‘Alertar’ para que haja políticas públicas e reformas estruturais que reduzam custos das empresas..., sobretudo dos sectores “transaccionáveis”..., e apoiem a competitividade da economia portuguesa em contexto de concorrência internacional e no quadro de uma união monetária que, é fatal, tem forte moeda única...
- ✓ ‘Alertar’ para a extrema necessidade de alcançarmos um crescimento do PIB ‘efectivo’ e ‘potencial’ que se caracterize por trazer melhorias de tendência e de ciclo económico..., e se condicione por trazer melhorias do défice externo, mediante predominância de bens e serviços “transaccionáveis”...

- ✓ ‘Alertar’ para que as políticas da educação sirvam também a competitividade..., ou, nos dizeres da ACEGE, uma “Educação para a economia” (Brotéria, p 180)...
- ✓ ‘Alertar’ se houver perdas de equidade social e injusta distribuição dos sacrifícios...
- ✓ E ‘alertar’ para que a concertação social vise a competitividade e através dela o crescimento económico..., sem o que recuarão objectivos de emprego e de progresso e justiça social... [O recente acordo de concertação social deve ser saudado e ao mesmo tempo devemos ‘avisar’ para uma aplicação séria e calibrada...]
- ✓ Por exemplo, ‘alertar’ para questões de sustentabilidade das finanças públicas, questões de definição das funções do Estado e questões de adequação das políticas públicas..., sejam políticas sociais, políticas económicas, políticas financeiras..., sejam políticas públicas mais viradas para a correção estrutural do défice público e da dívida pública..., sejam políticas públicas mais viradas para o Estado-social e para as famílias, seu bem-estar, seu consumo e sua poupança..., sejam políticas públicas mais viradas para o sector empresarial, seus contextos, seus problemas e suas competitividades, especialmente no que respeita aos “transaccionáveis” e à correção estrutural do défice externo e da dívida externa...
- ✓ ‘Alertar’ para que possamos reajustar as funções do Estado às condições das mudanças..., racionalizando, redimensionando e reconceituando as funções, visando ter governos e administrações públicas mais magros e mais funcionais..., e possamos suportar cargas fiscais e parafiscais menos desproporcionadas e mais libertadoras da iniciativa privada..., e possamos observar um princípio da subsidiariedade muito mais intenso, com exemplos de transferência de actividades para organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que possam e queiram assumir missões e fins e arcar com as consequências dos actos praticados...
- ✓ ‘Alertar’ para que a cultura de poupança, que é antagónica do consumismo, volte a ser um padrão social de comportamento de famílias e de funcionários públicos e agentes económicos privados..., para que seja reforçada a poupança nacional cuja deficiência crónica ajuda a explicar o problema estrutural do défice externo..., deficiência quer porque ocorre despoupança pública, que deve passar de persistentemente negativa para tendencialmente positiva (retirados os efeitos do ciclo económico) ..., quer porque ao longo de anos se apoucou a poupança privada, das famílias e das empresas, em parte por força de incorrectas e

instáveis políticas públicas para a formação e captação de poupança (caso flagrante dos certificados de aforro!)...

- ✓ Por exemplo, ‘alertar’ para a simplificação da lei..., e para o combate a todas as formas de corrupção, incluindo o nepotismo e o tráfico de influências..., aí reconhecendo quão importante pode ser o papel que cabe ou deveria caber a entidades de investigação criminal..., não sendo tolerável que, por falta de meios, tais investigações se atrasem ou se percam...
- ✓ ‘Alertar’ para as incidências nefastas da economia informal..., que representa, estima-se, quase 25% do PIB..., domínio em que a ACEGE poderá exercer uma mais útil e visível influência (artigo na Brotéria, citado, p 181/2)...
- ✓ Por exemplo, ‘alertar’ para a questão da qualidade das instituições, públicas e privadas, o que em muitos casos é um problema de organização e gestão de meios já de si bastantes ou mais do que bastantes... Aí reside uma das principais fraquezas do País..., que mina as bases de modernização, os factores de produtividade e competitividade, os ritmos e níveis de desenvolvimento económico e social..., e é condição necessária para o igual tratamento de todas as pessoas perante a lei... O caso mais grave de falha de ‘qualidade das instituições’ tem-nos sido dado pela administração da justiça...
- ✓ ‘Alertar’ para que as previsões demográficas, desdobradas por níveis etários, sejam sistematicamente explicitadas e consideradas, como sempre deveriam sê-lo, na formulação de perspectivas e opções políticas de médio e longo prazo, em especial nos campos da educação, do trabalho e do emprego, da saúde, da segurança social, das infra-estruturas, etc...
- ✓ ...

4) Perante estes breves exemplos que acabo de dar, a muitos de vós por certo não escapou o facto de haver muitas afinidades de pensamento com as 4 emergências que a ACEGE enuncia no citado artigo do verão de 2011. Diz a ACEGE, a crise portuguesa coloca uma “emergência individual”, uma “emergência económica”, uma “emergência social” e uma “emergência política”.

É natural uma tal convergência. Tratar-se-á, sempre, e na ACEGE em especial, de exercer e cumprir um direito-dever de intervenção da parte de cidadãos que julgam deter um especial conhecimento das coisas e que sentem responsabilidade e muita preocupação quanto ao presente e ao futuro do País...

Poder-se-ia dizer que “resgate” sintetiza a nossa preocupação mais iminente mas não a mais eminente. O honrado resgate de Portugal é vital, directamente e indirectamente..., é-o por tudo o que lhe sobre-e-

subjaz no presente e no futuro..., é-o por não se esgotar nas esferas financeiras e por ter, por exemplo, implicações sérias nas reformas estruturais e na essência do crescimento económico...

Não se trata de gerar antagonismos nem redundâncias relativamente às missões de entidades públicas de vigilância... A sociedade “civil” não é, claro que não é, com todo o respeito, Parlamento, nem Tribunal de Contas, nem Banco de Portugal, nem INE, nem Troika, etc...

A “vigilância” pelos cidadãos é muito mais limitada nos meios e nos alcances e nas consequências, mas pode ser talvez muito mais livre e menos ‘quadrada’ nos seus pontos de vista, já que estes são insubmissos a um (inexistente) ‘quadro’ legal ou institucional de atribuições e competências...

Se, porventura, e por exemplo, uma associação (como a ACEGE) for justamente desconfortável para políticos e dirigentes e gestores públicos, ou para vigilâncias institucionalizadas, isso poderá ser sinal de que ela esteja a ser útil e a desempenhar a sua modesta e indeclinável missão cívica.

Assim entendidas as coisas, mal iria a democracia se acaso se visse na acção de uma associação (como a ACEGE) uma intromissão ou uma impertinência. Salvo melhor opinião, as instituições públicas de vigilância não podem deixar de compreender, respeitar e saudar as vigilâncias da sociedade “civil”... Chegados ao que chegamos, reconheça-se que as vigilâncias públicas instituídas e a sociedade “civil” ambas falharam, de algum modo, cada qual em seu nível de responsabilidade, muito maior naquelas do que nesta.

5) E gostaria agora de focar a difícil questão do financiamento da economia. Vou usar um pequeno apontamento que há dias escrevi com o Dr. João Oliveira, no seguimento de uma tertúlia.

1. O nosso crescimento exige competitividade. E exige financiamento.
2. O Estado tem despesa a mais. Tem de mudar estruturalmente. Tem de se reformar na ordem política e administrativa e no modelo social. Portugal tem de moralizar a economia e a política.
3. O financiamento da economia beneficiará se o Estado libertar capacidade orçamental.
4. A liquidez da banca é escassa e restringe e constrange a economia.
5. A liquidez da banca e a solvabilidade do sistema e da economia estão interligadas e são interdependentes. A liquidez é urgente.
6. Sem liquidez agrava-se a solvabilidade e não se recupera a confiança nos mercados do dinheiro.

7. Quando é preciso sobreviver, não ajuda nada a dúvida sobre quem, na Zona Euro, deve resolver a grave crise da liquidez.
8. O papel de “guardião” perante uma feroz crise de liquidez deve ser desempenhado pelo BCE, bastante mais do que vem sendo. Isso pode não ser fácil. Pode colidir com as atribuições que foram convencionadas para o BCE, ou que o BCE convencionou para si mesmo, porém tais atribuições do BCE não foram pensadas para enfrentar devidamente os tempos de uma tormentosa crise como os que afligem a Zona Euro.
9. Subsequentemente, esse papel de “guardião” da liquidez poderá ser desempenhado por um banco especial que se refinanceie no BCE e nos mercados.
10. A reputação das dívidas soberanas da Zona Euro foi posta em crise. Foi um erro europeu. E foi um erro dos países com finanças públicas indisciplinadas.
11. A reputação da dívida pública deve ser defendida no início e no fim de tudo. É o primeiro e o último reduto de confiança das poupanças e dos capitais.
12. Em matéria de dívidas soberanas e sua reputação, o BCE tem de exercer uma função mais decisiva e convincente.
13. O mercado “interbancário” da Zona Euro tem de ser reposto em pleno funcionamento. Isso é efeito e é causa da confiança e da falta dela. É uma das condições para a recuperação dos mercados do crédito. É problema do sistema bancário, do BCE, da regulação e dos governos.
14. Os balanços e as contas dos bancos devem ser tratados com gradualismo, quer na valorimetria económica dos activos, quer nos diversos rácios “activos/recursos”. O não gradualismo flagela a confiança.
15. As formas de financiamento à produção, à exportação e ao investimento das empresas devem ser ajustáveis ao refinanciamento do BCE, e vice versa. A questão é de natureza essencialmente conceptual, respeita à intervenção do BCE em conjunturas de crise perigosa, como é o caso, e inclui regras de elegibilidade de colaterais.
16. O stock habitacional por alienar e arrendar é uma imobilização que pesa severamente na economia. É importante tornar líquido e mobilizável o que foi mal calculado, mal financiado e resultou em mau investimento.
17. Contudo, é preciso evitar a recaída em outro ciclo de construção nova, a qual, aliás, não caberia nos “transaccionáveis”.
18. Quer o escoamento desse stock habitacional, quer a meritória reabilitação dos centros urbanos envelhecidos, requerem, na

- presente conjuntura, especiais instrumentos de financiamento a longo prazo, ajustáveis ao refinanciamento do BCE.
19. Os “atrasados correntes” do sector público junto de fornecedores é uma facticidade péssima. É-o sempre, mas é-o sobretudo na presente conjuntura de crise. Penaliza as empresas e a sua tesouraria. Provoca encadeamentos e exemplos nefastos. O Estado deve acabar com isso, imediatamente, mediante negociação com a troika quanto aos impactos na dívida e no financiamento públicos. [A ACEGE tem falado do assunto, condenando não só o Estado “atrasado” mas também empresas privadas “atrasadas”, e possui um estudo que o presidente da ACEGE Dr. António Pinto Leite classificou como um documento “chocante e entusiasmante” (Expresso, 15 10 2011)....]
20. O sistema bancário é endogenamente amplificador da conjuntura. Por duas vias. i) Facilita o crédito em anos bons, aperta e encarece o crédito em anos maus... ii) Em grave crise de liquidez, como a actual, agrava violentamente spreads e comissões aos clientes de bom risco para compensar perdas de juro e capital nos clientes de mau risco.

(...)